

FECOMÉRCIO

VEÍCULO: BLOG CARLOS SANTOS DATA: 09.07.15 EDITORIA: CIDADES

Empresariado tem maratona com pauta importante em Governo

O secretário estadual da Tributação, André Horta, ao lado de dois de seus principais assessores, recebeu uma comitiva de dirigentes empresariais mossoroenses na sede de sua pasta, hoje à noite. A delegação foi comandada pelo deputado estadual Manoel Cunha Neto (PHS), o “Souza”, que agendou a audiência.



Horta (centro) ouviu propostas na última reunião (Foto: Sindivarejo/FECOMÉRCIO)

A reunião fez parte de uma maratona de compromissos articulados pelo deputado, para essa quarta-feira (8), à apresentação de pleitos do empresariado. Eles ainda estiveram com a titular da Assessoria de Comunicação do Estado, jornalista Juliska Azevedo, e com a secretária da Segurança e Defesa Social, delegada Kalina Leite. Reforçaram a comitiva, o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (FECOMÉRCIO), Marcelo Queiroz; secretário da Fazenda de Mossoró, Jerônimo Rosado; vereador Genivan Vale (PROS) e jornalista Ricartte Bettson (Agência Zumba).

O empresariado foi representado pelo presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Getúlio Vale; presidente da Associação Comercial e Industrial de Mossoró (ACIM), Nilson Brasil; bem como o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Mossoró (SINDIVAREJO) e diretor da Fecomércio, Michelson Frota.

Também participaram da audiência, Manoel Assis Rodrigues Borges, coordenador de Fiscalização e Abraão Padilha, coordenador Tributário da Tributação estadual.

Os participantes apresentaram proposta para incremento de vendas no comércio local, com apoio da Tributação.

Comunicação

Com Juliska Azevedo, o empresariado apresentou balanço histórico sobre promoções como Ficro e Liquida Mossoró e encaminhou pedido de apoio.

Ouviram ponderações quanto às dificuldades de caixa do Estado.

Segurança



Segurança foi prioridade de comitiva (Foto: Assessoria Souza)

Com Kalina Leite e equipe, foi conversado sobre a instalação do Centro de Informação (CIOSP), parceria entre Governo e empresariado à ampliação do sistema de câmeras, melhorias para o Itep e outras questões.

A secretária também informou que recentemente foi feita a implementação de uma Central Digital. Isso permite o monitoramento e controle das chamadas de emergência, que teve reforço no número de canais que saltou de dois para oito.

“Precisaremos terceirizar mão-de-obra, pelo menos 32 pessoas para atendimento, liberando policiais”, disse Kalina.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: GAZETA DO OESTE DATA: 09.07.15 EDITORIA: POLÍTICA

ESFORÇO CONJUNTO

Deputado Souza cobra mais segurança para Mossoró

O deputado estadual Manoel Cunha Neto (PHS), "Souza", cumpriu uma extensa agenda nesta quarta-feira, 8, buscando apoio e soluções junto aos órgãos do Governo do Estado visando garantir melhorias para as entidades de classes de Mossoró e, conseqüentemente, de toda região.

Em mais uma audiência, o deputado Souza, que esteve acompanhado do vereador Genivan Vale, o presidente da CDL, Getúlio Vale; o presidente da Associação Comercial e Industrial de Mossoró, (ACIM), Nilson Brasil; e o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Mossoró (SINDVAREJO) e diretor da Fecomércio, Michelson Frota; estiveram com a secretária estadual de Segurança e Defesa Social, Kalina Leite.

A pauta central foi a segurança na cidade de Mossoró, onde foram apresentados alguns dados sobre os números da violência no município e, diante os números, o deputado e a comitiva cobraram da secretária mais ações para garantir a segurança dos mossoroenses.

Eles ouviram da secretária que o Governo do Estado aumentou as posições de atendimento na Central, saindo de 2 para 8, o que vem permitindo mais agilidade.

A secretária também informou que recentemente foi feita a implementação da



Deputado Souza

Central Digital, o que permite o monitoramento e controle das chamadas de emergência a partir de agora e, ainda, que estão fazendo a integração do sistema de monitoramento de Mossoró com a Secretaria de Segurança, em Natal, aumentando o tempo de resposta.

"Foi uma audiência importante, onde além do que nos foi repassado pela secretária Kalina Leite, outras providências para melhorar a segurança em Mossoró serão adotadas, e que o nosso mandato ficará acompanhando e cobrando essas ações", disse Souza.

Também participaram da audiência, o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Mossoró (SINDUSCON), Jorge do Rosário; doutor Caio César Bezerra, secretário adjunto major Macedo e o capitão Couceiro.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: SITE COSTA BRANCA NEWS **DATA:** 08.07.15 **EDITORIA:** ECONOMIA
Deputado Souza e representantes de entidades cobram mais segurança para a cidade de Mossoró

03:26 | Postado por *Luciano Oliveira* | |



Secretária Kalina Leite ouviu os pleitos da comitiva mossoroense, tendo à frente o deputado Souza

O deputado estadual Manoel Cunha Neto, “Souza” (PHS), cumpriu uma extensa agenda ontem, 8, buscando apoio e soluções junto aos órgãos do Governo do Estado visando garantir melhorias para as entidades de classes de Mossoró e, conseqüentemente, de toda região.

Em mais uma audiência, o deputado Souza, que esteve acompanhado do vereador de Mossoró, Genivan Vale (Pros), o presidente da CDL, Getúlio Vale, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Mossoró, (Acim), Nilson Brasil, e o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Mossoró (SindVarejo) e diretor da Fecomércio, Michelson Frota, estiveram com a secretária estadual de Segurança e Defesa Social, Kalina Leite.

A pauta central foi a segurança na cidade de Mossoró, onde foram apresentados alguns dados sobre os números da violência no município e, diante os números, o deputado e a comitiva cobraram da secretária mais ações para garantir a segurança dos mossoroenses.



Souza cobrou da secretária mais ações para garantir a segurança dos mossoroenses

Eles ouviram da secretária, que o Governo do Estado aumentou as posições de atendimento na Central Digital, saindo de 2 para 8, o que vem permitindo mais agilidade.

A secretária também informou que recentemente foi feita a implementação da Central Digital, o que permite o monitoramento e controle das chamadas de emergência a partir de agora e, ainda, que estão fazendo a integração do sistema de monitoramento de Mossoró com a Secretaria de Segurança, em Natal, aumentando o tempo de resposta.



No encontro foram vistas alternativas para melhorar o aparato de segurança na capital do Oeste

“Foi uma audiência importante, onde além do que nos foi repassado pela secretária Kalina Leite, outras providências para melhorar a segurança em

Mossoró serão adotadas, e que o nosso mandato ficará acompanhando e cobrando essas ações”, disse Souza.

Também participaram da audiência, o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Mossoró (Sinduscon), Jorge do Rosário, doutor Caio Cesar Bezerra, secretário adjunto, Major Macedo e o capitão Couceiro.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: SITE GAZETA DO OESTE DATA: 08.07.15 EDITORIA: CIDADES

Deputado Souza cobra mais segurança para Mossoró

O deputado estadual Manoel Cunha Neto (PHS), “Souza”, cumpriu uma extensa agenda nesta quarta-feira, 8, buscando apoio e soluções junto aos órgãos do Governo do Estado visando garantir melhorias para as entidades de classes de Mossoró e, conseqüentemente, de toda região.

Em mais uma audiência, o deputado Souza, que esteve acompanhado do vereador Genivan Vale, o presidente da CDL, Getúlio Vale; o presidente da Associação Comercial e Industrial de Mossoró, (ACIM), Nilson Brasil; e o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Mossoró (SINDVAREJO) e diretor da Fecomércio, Michelson Frota; estiveram com a secretária estadual de Segurança e Defesa Social, Kalina Leite.

A pauta central foi a segurança na cidade de Mossoró, onde foram apresentados alguns dados sobre os números da violência no município e, diante os números, o deputado e a comitiva cobraram da secretária mais ações para garantir a segurança dos mossoroenses.

Eles ouviram da secretária que o Governo do Estado aumentou as posições de atendimento na Central, saindo de 2 para 8, o que vem permitindo mais agilidade.

A secretária também informou que recentemente foi feita a implementação da Central Digital, o que permite o monitoramento e controle das chamadas de emergência a partir de agora e, ainda, que estão fazendo a integração do sistema de monitoramento de Mossoró com a Secretaria de Segurança, em Natal, aumentando o tempo de resposta.

“Foi uma audiência importante, onde além do que nos foi repassado pela secretária Kalina Leite, outras providências para melhorar a segurança em Mossoró serão adotadas, e que o nosso mandato ficará acompanhando e cobrando essas ações”, disse Souza.

Também participaram da audiência, o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Mossoró (SINDUSCON), Jorge do Rosário; doutor Caio César Bezerra, secretário adjunto major Macedo e o capitão Couceiro.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: PORTAL NO AR DATA: 08.07.15 EDITORIA: ECONOMIA

RN recebe TAM para avaliação econômica por hub na próxima semana

Capacidade carga, produtos que podem ser transportados e países de mercado também serão apresentados ao consultor

Por Virgínia França

Na próxima semana, um técnico de uma consultoria contratada pela companhia aérea TAM virá ao Rio Grande do Norte para dar continuidade aos estudos viabilidade do aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante, sediar o hub da companhia aérea. Agora, será analisado os números da economia do estado. A informação foi confirmada pelo secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do município, Leonardo de Paula.



Aeroporto está na disputa pelo hub (Foto: Alberto Leandro/PortalNoar)

O gestor municipal está preparando um relatório com dados da economia do RN, com o apoio das entidades econômicas, que será entregue ao consultor internacional. A parte econômica do estado é a terceira parte analisada pela empresa, que já avaliou as questões tributárias e técnicas do terminal. “Ele vem para o Rio Grande do Norte e só podemos falar sobre o relatório depois da reunião”, declarou.

O secretário estadual de Turismo, Ruy Gaspar, detalhou que questões de capacidade carga, produtos que podem ser transportados, países de mercado, quantidade de toneladas são dados que interessam a companhia e farão parte do relatório que será apresentado ao consultor.

Irão participar do encontro os representantes do Governo do Estado, Prefeituras e de entidades econômicas que fazem parte do comitê estadual RN Preparado Para o HUB. Participam a Fiern, Fecomércio, Fetronor, Faern, Codern, UFRN, Sebrae, representantes do consórcio Inframérica, ABIH, e outras instituições.

Natal confia que levará por ter as melhores condições para expansão do equipamento aeroportuário, além de outros critérios. A previsão é que a definição da cidade escolhida seja realizada até o final de 2015, para que logo em seguida tenha início a implementação do hub. A estimativa é que o início das operações ocorra em dezembro de 2016.

Hub

O grupo Latam Airlines anunciou, no último mês de abril, que está realizando um estudo de viabilidade para operacionalizar a ampliação de sua atuação em voos entre a América do Sul e a Europa. Estão na disputa pelo hub, além do Rio Grande do Norte, os estados do Ceará e o Pernambuco.

Hub é uma designação dada ao lugar utilizado por uma companhia aérea como ponto de conexão para transferir seus passageiros para o destino pretendido. O investimento previsto é de R\$ 4 bilhões com geração de 12 mil empregos.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: BLOG GLAUCIA LIMA DATA: 08.07.15 EDITORIA: ECONOMIA

RN recebe TAM para avaliação econômica por hub na próxima semana
Por Gláucia Lima, em RN

Na próxima semana, um técnico de uma consultoria contratada pela companhia aérea TAM virá ao Rio Grande do Norte para dar continuidade aos estudos viabilidade do aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante, sediar o hub da companhia aérea. Agora, será analisado os números da economia do estado. A informação foi confirmada pelo secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do município, Leonardo de Paula.

O gestor municipal está preparando um relatório com dados da economia do RN, com o apoio das entidades econômicas, que será entregue ao consultor internacional. A parte econômica do estado é a terceira parte analisada pela empresa, que já avaliou as questões tributárias e técnicas do terminal.

Irão participar do encontro os representantes do Governo do Estado, Prefeituras e de entidades econômicas que fazem parte do comitê estadual RN Preparado Para o HUB. Participam a Fiern, Fecomércio, Fetronor, Faern, Codern, UFRN, Sebrae, representantes do consórcio Inframerica, ABIH, e outras instituições.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: APARTAMENTO 702 **DATA:** 08.07.15

« Todos Eventos

Cine SESC

terça-feira julho 7 @ 12:00 pm - sexta-feira julho 31 @ 12:00 pm

| Livre



Eis uma boa oportunidade para os cinéfilos de plantão conferirem excelentes filmes sem gastar nada.

Se você está se perguntando: “como assim?”. Explicando, o [SESC RN](#) oferece uma programação gratuita de sessões únicas com obras cinematográficas selecionadas a dedo, sempre as 12h no Restaurante do SESC Rio Branco.

E a programação deste mês está recheada de produções singulares como o filme chileno “No” que trata sobre um plebiscito (e sua campanha eleitoral) que irá decidir se o ditador Augusto Pinochet continua ou não no poder. Outro filme que indico é o argentino Medianeras que apresenta uma visão única sobre o amor em tempos de revolução digital.

Confiram a programação com todos os filmes de julho abaixo:



O cinema encanta, diverte, emociona, ensina. Mergulhe fundo nesse universo mágico e descubra, a cada história, uma nova visão de mundo. Bom filme!



Programação de julho

Qua 01/07 12h	Filme: Amor De: Michael Haneke	Sex 17/07 12h	Filme: No De: Pablo Larrain
Sex 03/07 12h	Filme: Infância Clandestina De: Benjamin Ávila	Seg 20/07 12h	Filme: Juan dos Mortos De: Alejandro Brugués
Seg 06/07 12h	Filme: E se vivéssemos todos juntos De: Stéphane Robelin	Qua 22/07 12h	Filme: Borboletas Negras De: Paula van der Oest
Qua 08/07 12h	Filme: Cara ou Coroa De: Ugo Giorgetti	Sex 24/07 12h	Filme: Esses Amores De: Claude Lelouch
Sex 10/07 12h	Filme: A Criança De: Jean-Pierre Dardenne	Seg 27/07 12h	Filme: Medianeiras De: Gustavo Taretto
Seg 13/06 12h	Filme: Meu Amigo Storm De: Giacomo Campeotto	Qua 29/07 12h	Filme: Hoje De: Tata Amaral
Qua 15/06 12h	Filme: No olho da Rua De: Rogério Corrêa	Sex 31/07 12h	Filme: O Marido da Cabeleireira De: Patrice Leconte

Sesc Restaurante

Avenida Rio Branco, nº. 375
Centro - Natal/RN
Telefone: (84) 3211-4615



Uma instituição
de referência
patrocinada pelo



www.sescrn.com.br



VEÍCULO: BLOG DO ELIEL BEZERRA DATA: 08.07.15 EDITORIA: CIDADES

CICLOSESC SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE AGOSTO EM CURRAIS NOVOS



A edição 2015 do CicloSesc – evento do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN) que estimula a prática de esportes em busca de uma melhor qualidade de vida – acontecerá em Currais Novos com uma programação especial no dia 22 de agosto entre as 16h e 20h.

Na manhã desta terça-feira (07) representantes do SESC, Prefeitura, CDL, Sindicato do Comércio Varejista e de grupos de ciclismo, participaram de reunião no auditório da CDL para detalharem as ações que serão realizadas durante o evento.

Um dos objetivos do passeio é aliar lazer, turismo, esportes e solidariedade, sendo este último representado pela doação dos alimentos entregues no ato da inscrição à entidades beneficentes da cidade. O evento é uma parceria com a Prefeitura Municipal, CDL e Sindicato do Comércio Varejista.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

FALTOU NO CLIPPING

VEÍCULO: O MOSSOROENSE DATA: 08.0715 EDITORIA: EMERY COSTA

OFICINA

O Sesc Mossoró vai proporcionar uma oficina de violão. Inscrições até o dia 13 e as atividades da oficina serão nos dias 15 e 16 deste mês das 14 às 17 horas. O professor será Ronildo Freire. Inscrições gratuitas pelo telefone 3316-3565 - ramal 212.

NOTÍCIAS DE INTERESSE:

VEÍCULO: TRIBUNA DOP NORTE

DATA: 09.07.15

EDITORIA: POLÍTICA

Câmara vota substitutivo

« **LEGISLATIVO** » Vereadores iniciam a apreciação do projeto que vai definir as regras para o transporte público de passageiros em Natal

Os vereadores da Câmara Municipal de Natal votaram ontem, em primeira discussão, o projeto substitutivo da lei da licitação do transporte público. Essa proposta, enviada pelo Executivo, contempla a negociação feita entre o prefeito Carlos Eduardo e os vereadores após o veto de 18 emendas ao projeto que foi aprovado no Legislativo.

A primeira votação do projeto ocorreu sem discussão. E como se trata de uma lei complementar há um interstício de 48 horas. Ou seja, essa matéria retornará para a segunda e última votação amanhã. Exatamente

nessa fase são aguardados os debates sobre o projeto. Hoje não haverá sessão ordinária na Casa.

A apreciação do projeto substitutivo deverá ser a última etapa da discussão envolvendo o projeto da lei da licitação do transporte público. Depois da votação do projeto original, onde foram encartadas mais de 90 emendas, o segundo capítulo foram os 18 vetos feitos pelo prefeito Carlos Eduardo. Em seguida, foi iniciada uma negociação entre Executivo e Legislativo que culminou por definir que os vereadores iriam manter os vetos e, em troca, o prefeito enviaria o projeto com os pontos

do acordo.

A proposta entre a Prefeitura e os vereadores prevê a aprovação no substitutivo de pagamento em espécie do valor da passagem pelo aluno, desde que apresente a carteira de estudante, além da diminuição gradual de 65 para 60 anos do direito à gratuidade pelos idosos. O substitutivo também garante a remessa à Câmara, de uma emenda à Lei Orgânica do Município (LOM) para disciplinar a comercialização das passagens, que atualmente está a cargo da classe empresarial.

No dia 23 de junho a Câmara encerrou a votação dos vetos

feitos pelo prefeito ao projeto da lei da licitação do transporte. Mesmo havendo acordo para a derrubada de alguns vetos e manutenção de outros, ainda ocorreu disputa voto a voto em relação a dois vetos, um deles sobre a redução do direito a gratuidade de idosos de 65 para 60 anos, em que 13 vereadores votaram a favor da redução gradativa a partir de 2016, à razão de um ano a menos até 2020, quando todos os idosos a partir de 60 anos terão direito a transporte gratuito. Foram votos vencidos dez vereadores, queriam a aplicação imediata da redução da idade mínima.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 09.07.15

EDITORIA: POLÍTICA

Assembleia inicia articulações em defesa da transposição

« MOBILIZAÇÃO » Ezequiel Ferreira vai ao governador apresentar iniciativa que pretende unir forças para pressionar o governo federal por obras estruturantes

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira (PMDB), articula com o governo estadual um movimento junto à classe política dos outros oito estados da região Nordeste a fim de pressionar a União para priorizar recursos no enfrentamento da estiagem, que castiga o semiárido nordestino há quatro anos: "A Assembleia Legislativa tem um papel preponderante, acima de tudo por sua capilaridade e pela relação dos 24 deputados em receber todos os dias prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, ex-prefeitos e líderes políticos do interior, de quem somos cobrados por informações neste contato diário".

Ao participar da quinta reunião do Comitê de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (CGI), na Go-



FOTOS: ANA SILVA

Ezequiel Ferreira de Souza participa da reunião do Comitê de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos



É preciso que haja

Secretário alerta para municípios em 'nível crítico'

vernadoria, o deputado Ezequiel Ferreira afirmou que já começaram ocorrer discussões internas nas Assembleias Legislativas estaduais, sendo que, na próxima semana, os deputados norte-riograndenses deverão retribuir em João Pessoa, a visita que os deputados paraibanos fizeram em Natal para debater essa questão do enfrentamento da seca pelo governo federal.

Ezequiel Ferreira disse que ainda não tem uma data marcada para a visita à Assembleia Legislativa da Paraíba, mas isso deve ocorrer logo em seguida à votação do projeto sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na próxima quinta-feira (16) e explicou que, na sequência, o mesmo deve ocorrer em relação às Casas Legislativas de Pernambuco e Ceará.

"Na hora em que o governo federal tem um corte no orçamento de R\$ 69,9 bilhões, é um dinheiro contingenciado que que iria naturalmente para estados e municípios que deixou de chegar", lembrou o presidente da Assembleia Legislativa, que defendeu: "O governo federal terá de eleger prioridades para usar os recursos restantes".

Para Ezequiel Ferreira, essa união dos governadores, deputados estaduais e bancada federal do Nordeste é necessária para se criar uma política regional de recursos hídricos, a fim de minimizar os prejuízos causados à população pela escassez de água "e falar em nome de 40 milhões de nordestinos".

Segundo Ferreira, a solução definitiva para enfrentamento da seca é a conclusão das obras de transposição das águas do rio São Francisco. "É preciso que haja celeridade na execução das obras, pois sabemos que o Rio

celeridade na execução das obras de transposição das águas do Rio São Francisco"

EZEQUIEL FERREIRA DE SOUZA
Presidente da Assembleia Legislativa

Grande do Norte será o último estado a ser atendido, porque dependemos da finalização das obras na Paraíba e no Ceará".

Ao receber o presidente da Assembleia e outros deputados que integram a Frente Parlamentar das Águas, Gustavo Carvalho (PROS) e Tomba Farias (PSB), além do líder do governo, Fernando Mineiro (PT), O governador Robinson Faria (PSD) disse que "a Frente Parlamentar das Águas incorpora-se ao nosso trabalho, que é pressionar o governo federal na questão das obras de transposição das águas do rio São Francisco".

Robinson Faria informou, inclusive, que esse será o tema principal da reunião do colegiado de governadores do Nordeste, que ocorrerá na sexta-feira (17), em Teresina, no Piauí. "A partir dessa união que nasce, hoje, com a Assembleia Legislativa, vamos pedir apoio da bancada federal para ter atuação conjunta no que diz respeito à liberação de recursos para as obras que dependem de investimentos do governo federal, como a construção de adutoras".

O governador disse aos deputados, que o Estado vai implementar um programa de R\$ 183 milhões de apoio à cadeia produtiva rural, nas áreas de piscicultura, apicultura, cajucultura.

O governo estadual prestou informações aos quatro deputados estaduais que participaram da reunião do Comitê de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, que é vinculado ao gabinete do governador Robinson Faria, a respeito da retomada de obras estruturantes no Rio Grande do Norte, como as barragens de Oiticica, em Jucurutu, na região do Seridó, e do Alto Oestem, que estavam paralisadas há dois anos. No caso da barragem de Oiticica, o governo informou que superadas pendências em relação ao pagamento à empreiteira responsável pelas obras, contrapartida financeira de responsabilidade do Estado, o governo pagou cerca de R\$ 7,5 milhões de indenizações a proprietários de terras e casas que serão inundadas pela barragem.

O secretário estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, José Mairton de França, disse ainda que dentre os 153 municípios que estão em situação de emergência, o CGI definiu "como prioritários para receber ações emergenciais" 42 considerados em nível crítico de abastecimento de água, que são nove em colapso e

33 com restrição de uso de água.

Segundo França, uma saída para enfrentamento dessa situação tem sido a perfuração de poços, mas ele explicou que dos 154 poços perfurados em parceria com prefeituras, "desse 96 apresentaram vazão adequada para abastecimento de água". França prosseguiu: "Infelizmente perdemos 40% de todo o esforço que fazemos na perfuração de poços e colocar à disposição da população".

O governador Robinson Faria informou que a meta do governo é construir quatro mil poços ao fim do seu governo, que desde fevereiro foram investidos R\$ 5,7 milhões na perfuração de pelo menos 200 poços: "É pouco, mas é o que podemos fazer".

O secretário de Recursos Hídricos também informou que até o dia 29 de setembro, quando termina a vigência de seis meses do decreto de situação de emergência assinado em março pelo governador, espera-se perfurar mais 71 poços e recuperar outros cem, de onde será retirada água por bombas de sucção ou por catavento, com a força da energia eólica.



No Comitê Gestor, foram apresentadas as medidas prioritárias

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 09.07.15

EDITORIA: POLÍTICA

APÓS SEIS MESES, PROJETOS DE CORTES NO TJ SÃO APROVADOS

/ RESPONSABILIDADE / DEPUTADOS ESTADUAIS APROVAM PROJETOS PARA REDUÇÃO DE GASTOS DENTRO DO JUDICIÁRIO, SOB PROTESTOS, VAIAS, RECLAMAÇÕES DE SERVIDORES E PROMESSA DE ADIN APÓS A SANÇÃO DO GOVERNADOR

DIEGO CAMPELO
DO NOVO JORNAL

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA aprovou em sessão ordinária desta quarta-feira (08) cinco projetos enviados pelo Tribunal de Justiça para corte de gastos do judiciário. A votação ocorreu sob protestos e vaias dos servidores, que lotaram as duas galerias da Casa e fixaram cartazes ao redor do plenário com palavras de repúdio às medidas propostas pelo presidente do TJ, desembargador Cláudio Santos.

Dos projetos votados e aprovados ontem, os principais são os que mexem na composição salarial dos servidores. Um deles propõe o congelamento da Gratificação de Técnico de Nível Superior (GTNS). Essa proposição foi a que provocou mais atritos entre os deputados. Ao final, foi aprovada com 15 votos favoráveis e apenas quatro contrários.

A segunda proposta que provocou insatisfações nos servidores é a que extingue o adicional por tempo de serviço (anúênio) dos trabalhadores efetivos da justiça, transformado-o em quinquênio. Esse projeto passou pela Casa com apenas dois votos contrários e 18 favoráveis. Ele muda a regra atual, que adiciona 1% ao valor do salário do servidor eletivo a cada ano de trabalho. Com a mudança, o servidor

terá um aumento de 5% em alguns instantes da votação o presidente da Assembleia, deputado Ezequiel Ferreira (PMDB), ameaçou esvaziar as galerias caso as manifestações não cessassem. Apesar das ameaças, os gritos persistiram por alguns instantes.

Os que votaram contra o congelamento da GTNS foram os parlamentares Kelps Lima (Solidariedade), Fernando Mineiro (PT), Souza Neto (PHS) e Jacó Jácome (PMN). Todos os demais que marcaram presença na sessão, num total de 20 parlamentares, foram favoráveis, exceto a deputada Cristiane Dantas, que se ausentou antes da votação desse projeto.

O deputado Fernando Mineiro, líder do governo na Assembleia, justificou sua posição afirmando que o corte de gastos pelo judiciário não pode afetar apenas os servidores. Ele declarou isso fazendo alusão à aprovação, pelos próprios desembargadores, do aumento de seus salários para até R\$ 30,4 mil em fevereiro desse ano.

"Sou contrário que só os servidores paguem a conta. Se for aprovado assim só quem vai pagar a conta são os servidores, porque os magistrados tiveram aumentos aprovados", disse Mineiro. O deputado Kelps Lima também justificou seu voto. "Apesar de ser contra esse tipo de medida, não vou votar a favor



► Servidores ocuparam galerias durante toda a votação, sempre protestando contra as aprovações

final de seu pronunciamento os servidores do judiciário viraram as costas para a plenária e fizeram al-

teu afirmando que mudou de posição porque não é "Terra Santa".

sultados das votações desses dois projetos principais, os servidores membros do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sisjerm) gritaram insatisfeitos nas galerias da Casa. Alguns deles usavam nariz de palhaço e faziam sinal de negatividade para os deputados que vo-

Avinda sobre o projeto de congelamento da GTNS, o deputado José Dias (PSD) justificou seu voto favorável devido à situação financeira do Rio Grande do Norte. "Do ponto de vista financeiro o Estado é ingovernável, por isso voto favorável, em favor do RN", disse. Ao

Após Kelps Lima manifestar seu posicionamento, o deputado Galeno Torquato (PSD) o acusou de mudar de posição, uma vez que o deputado do Solidariedade teria manifestado, durante a reunião de líderes na semana anterior, que votaria favorável ao projeto.

afirmando que ele estava ofendendo os colegas parlamentares. Ao ser finalizada a votação dos cinco projetos, os servidores se retiraram das galerias gritando repetidamente contra os deputados: "Pau mandado! Pau mandado!". Também pediam "Justiça" à Casa.

Apesar da pressão feita sobre os deputados pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, os anseios não foram atendidos. O presidente do Sisjerm, Bernardo Fonseca, lamentou a derrota e disse que vai avaliar junto ao setor jurídico do sindicato que providências podem ser tomadas. Ele adiantou, no entanto, que enquanto as medidas forem processo legislativo nada pode ser feito pelo sindicato.

Após efetivada a lei, a partir da sanção do governador Robinson Faria, o sindicato pretende entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN). A medida, segundo Bernardo, ainda será analisada pela assessoria jurídica do Sisjerm. "Eu acho que essa votação manchou a Assembleia Legislativa, porque em nenhum momento a Assembleia chegou a votar favorável à retirada de direitos de servidores. Essa Casa faz história no sentido negativo", lamentou Bernardo Fonseca. O presidente do Sindicato agradeceu aos deputados que

votaram contra os projetos do Tribunal de Justiça. Ele anunciou também que o Sisjerm irá espalhar cartazes e outdoors na cidade para divulgar os nomes de todos os parlamentares que votaram contra os servidores, bem como os que votaram a favor.

"Vamos mostrar à população quem realmente está do lado dos servidores e quem não está, independente de partido político. Eu acho que não foi uma derrota para os servidores do judiciário, foi uma derrota para a população, que perdeu a qualidade dos serviços", acrescenta Fonseca.

O presidente do TJ, desembargador Cláudio Santos, não quis comentar o resultado da votação. Por meio da assessoria de imprensa do tribunal ele afirmou que "a Presidência irá se pronunciar oportunamente, quando os projetos aprovados hoje (ontem) pela Assembleia forem sancionados". Os projetos seguirão agora para sanção governamental.



► Líder do governo, Fernando Mineiro (PT), votou contra em dois projetos

DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO

- Deputados presentes na sessão
- Ezequiel Ferreira (PMDB)
 - Fernando Mineiro (PT)
 - Carlos Augusto Maia (PTdoB)
 - Galeno Torquato (PSD)
 - Márcia Nêta (PSB)
 - Gustavo Carvalho (PROS)
 - Gustavo Fernandes (PMDB)
 - José Dias (PSD)
 - José Adécio (DEM)
 - Alvaro Dias (PMDB)
 - Kelps Lima (Solidariedade)
 - Ricardo Motta (PROS)
 - Vivaldo Costa (PROS)
 - Dixon Lisboa (PSD)
 - Souza Neto (PHS)
 - Tomás Farias (PSB)
 - Cristiane Dantas (PCB)
 - Raimundo Fernandes (PROS)
 - Albert Dickson (PROS)
 - Jacó Jácome (PMN)

PROJETOS APROVADOS

- Propõe o congelamento da Gratificação de Técnico de Nível Superior (GTNS)
15 votos a favor e 4 contra
- Votaram contrários:** Fernando Mineiro, Kelps Lima, Souza Neto e Jacó Jácome
"Cristiane Dantas se ausentou nessa votação"
- Extingue o adicional por tempo de serviço (anúenios) e transforma em quinquênio
18 votos a favor e 2 contra
- Votaram contrários:** Fernando Mineiro e Jacó Jácome
- Auxílio-alimentação para servidores cedidos em lugar da gratificação
20 votos favoráveis
- Divisão e organização judiciária
20 votos favoráveis
- Extinção do cargo de diretor de secretaria, transformando-o em cargo comissionado (com destaque de Fernando Mineiro).
20 votos favoráveis

PROJETOS FORAM ENVIADOS EM MARÇO

O anúncio das propostas para redução de despesas foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Santos, em janeiro de 2015, na ocasião de sua posse. Os anteprojetos, no entanto, só foram aprovados pelo pleno e enviados à Assembleia no mês de março. As propostas enviadas pela presidência do TJRN visam a contenção de gastos e adequação da instituição aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Os projetos foram objetos de discussões e protestos entre os servidores e a presidência do TJ durante todo esse período. Apesar das discussões, servidores

e presidência não chegaram a um consenso internamente e as decisões sobre os projetos ficaram nas mãos dos deputados. Além dos projetos que tratam do adicional por tempo de serviço e da GTNS, foram aprovadas ainda outras três propostas. Uma delas estabelece que os servidores cedidos de outros órgãos recebam auxílio-alimentação, em lugar da gratificação de representação de gabinete. A pretensão é que o valor recebido saia da área de despesas com pessoal, contribuindo, assim, para a adequação ao limite prudencial da LRF. Essa mudança, vista como

positiva inclusive pelo Sisjerm, foi aprovada à unanimidade pelos deputados, com 20 votos favoráveis. Outro projeto aprovado à unanimidade foi o que trata da divisão e da organização judiciárias, alterando a Lei Complementar Estadual nº 165, de 28 de abril de 1999. Quanto a esse projeto, o sindicato tinha posição neutra, uma vez que não aleta questões salariais da categoria. Os deputados votaram ainda, com um destaque do deputado Fernando Mineiro, a proposta de extinguir o cargo de diretor de secretaria, transformando-o em cargo comissionado, que poderia

ser ocupado por qualquer pessoa de fora dos quadros do TJ. O destaque de Mineiro, aprovado à unanimidade, propôs que os cargos sejam preenchidos exclusivamente por servidores de carreira.



“EU ACHO QUE NÃO FOI UMA DERROTA PARA OS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO, FOI UMA DERROTA PARA A POPULAÇÃO”

Bernardino Fonseca
Presidente do Sisjerm

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 09.07.15

EDITORIA: POLÍTICA

Senado aprova aumento dos aposentados

« LEGISLATIVO » Ao votar a Medida Provisória que estende a política de reajuste do salário mínimo até 2019, senadores confirmam que a mesma referência será adotada para os benefícios da Previdência Social

O Senado aprovou a Medida Provisória 672, que estende a política de reajuste do salário mínimo até 2019. Quando passou pela Câmara dos Deputados, o texto recebeu emenda que estendeu a política de reajuste para os benefícios da Previdência Social, inclusive para quem ganha mais que um salário mínimo. O texto segue agora para sanção ou veto presidencial. O Planalto teme que essa nova regra prejudique as contas públicas.

Os senadores rejeitaram uma emenda apresentada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e José Pimentel (PT-CE) à MP. Se fosse aprovada a alteração, o texto teria de voltar à Câmara para ser novamente apreciado pelos deputados. Com mais demora na tramitação, aumentava o risco de a MP "caducar", e era isso que o Planalto desejava. Mas a estratégia não funcionou.

Um dos maiores defensores da mudança na medida provisória para incluir o aumento dos aposentados, senador Paulo Paim questionou se era justo deixar de ter uma política para reajustar os benefícios de quem ganha acima de um salário mínimo. Muitos aposentados de hoje, segundo o senador, contribuíram sobre um valor bem maior e veem, a cada ano, seus benefícios diminuírem.

"Senão houver uma política sa-



Senadores votam o projeto que estende as regras para aumento do salário mínimo até 2019

larial que garanta que o benefício do aposentado cresça, no mínimo, o correspondente ao salário mínimo, com certeza absoluta, ligeirinho, ligeirinho, todos os aposentados do Regime Geral ganharão somente um salário mínimo, não importando se pagaram sobre dez, sobre cinco, sobre oito ou sobre três", disse Paim.

Regras

O salário mínimo atual é de R\$ 788. O reajuste anual será baseado na variação do INPC acumulado no ano anterior, acrescido da taxa de crescimento real do PIB apurada

dois anos antes.

Dessa forma, para 2016, 2017, 2018 e 2019, serão acrescidos ao INPC do ano anterior as taxas de crescimento real do PIB de 2014, 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Os índices de aumento serão publicados por decreto do Executivo anualmente. Esta é a mesma regra que vem sendo usada para reajustar o salário mínimo desde 2012, como determina a Lei 12.382/11. A norma estabeleceu que uma outra lei definiria a regra de correção para o período de 2016 a 2019. O governo, porém, decidiu manter a sistemática em vigor. Este modelo de

reajuste foi negociado no governo Lula com as centrais sindicais. A MP 672 determina que, até o final de 2019, o governo enviará ao Congresso Nacional projeto definindo o modelo de reajuste para o período 2020-2023.

O salário mínimo é usado como referência para os benefícios assistenciais e previdenciários, como o abono salarial e as aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). De acordo com o governo, a cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo, os gastos previdenciários e assistenciais sobem R\$ 293,6 milhões.

Emenda que ameaçava a medida provisória é rejeitada

Brasília (AE) - O Senado rejeitou ontem emenda apresentada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e José Pimentel (PT-CE) à Medida Provisória 672, que trata da política de valorização do salário mínimo. Se fosse aprovada a alteração, o texto teria de voltar à Câmara para ser novamente apreciado pelos deputados. Com mais demora na tramitação, aumentava o risco de a MP "caducar", e era isso que o Planalto desejava. Mas a estratégia não funcionou. Aposentados que acompanhavam a votação do tema, nas galerias do Senado, comemoraram o resultado.

A emenda foi rejeitada por 34 votos. Houve 25 votos favoráveis à emenda e uma abstenção. Com isso, senadores mantiveram a alteração à redação da MP feita pelos deputados, que estenderam o aumento para aposentadorias superiores a um salário mínimo. A MP 672 perde a validade em 5 de agosto, desde que haja recesso parlamentar, quando os prazos regimentais são interrompidos.

O governo federal gostaria, justamente, que essa Medida Provisória perdesse a validade. Isso porque, quando passou pela Câmara, o texto recebeu uma emenda, estendendo a política de reajuste para os benefícios da Previdência Social, inclusive para quem ganha mais que um salário mínimo. O Planalto teme que essa nova regra prejudique as contas públicas.

Se a estratégia de apresentar emenda no Senado tivesse dado certo, dirigindo a MP para a perda de validade, os aliados livrariam a presidente Dilma Rousseff do desgaste de um veto a essa emenda dos deputados. Com isso, o governo teria até o final do ano para propor ao Congresso um novo texto para a política de valorização do mínimo para vigorar entre 2016 e 2019, sem a emenda da Câmara. Se o texto que chegou da Câmara acabar sendo aprovado pelo Senado, Dilma terá de se submeter a mais um desgaste, ao vetar a proposta de reajuste do salário mínimo feita pelos deputados.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 09.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

RN cresce abaixo da média

«ANO DA COPA» Dados mostram que o número de turistas que usaram o estado como porta de entrada no Brasil subiu 5,9%, ante 10,6% do país

Brasília - A quantidade de estrangeiros que entrou no Brasil pelo Rio Grande do Norte passou de 35.888 em 2013 para 38.014 no ano da Copa do Mundo, um crescimento de 5,9%. A Europa permaneceu como o principal polo emissor para o estado. O velho continente foi responsável por 93,5% (35.660 pessoas) do total de visitantes internacionais que desembarcaram no RN. Os dados fazem parte do anuário estatístico 2015, divulgado ontem pelo Ministério do Turismo. O crescimento de 5,9% no período ficou abaixo dos 10,6% registrados em âmbito nacional.

Dos 38 mil estrangeiros que entraram no Brasil pelo Rio Grande do Norte, 36.885 (97%) chegaram de avião, no ano passado. A via marítima, por sua vez, apresentou o maior crescimento. Em 2013 apenas 390 pessoas chegaram de navio. No ano passado, a quantidade praticamente triplicou (1.129). O estado - que recebeu jogos da Copa do Mundo em Natal - permanece na 13ª colocação entre os estados que mais recebem visitantes internacionais.

De acordo com o ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, a construção do aeroporto Governador Aluizio Alves irá ajudar a melhorar esse quadro nos próximos anos, mas o estado deve investir mais em promoção e estruturação de seus atrativos turísticos.

“Tivemos uma vitória com o aeroporto Governador Aluizio Alves, que hoje é um dos mais modernos do país, com capacidade para receber seis milhões de passageiros por ano. Com esse aeroporto, agora ainda temos a possibilidade de receber um centro de conexões internacion-



Torcida da Itália durante jogo da Copa, em Natal: A Europa é o maior polo emissor de turistas para o RN

NÚMERO

38.014

Estrangeiros entraram no Brasil pelo Rio Grande do Norte, em 2014, segundo dados divulgados ontem.

nal, o que vai elevar ainda mais nossa competitividade frente a outros destinos”, concluiu Alves.

Em 2014, 6.429.852 turistas internacionais visitaram o Brasil, 616,5 mil a mais que em 2013. A Argentina continua em primeiro lugar da lista de emissores, com 1.743.930 turistas, seguida dos Estados Unidos (656.801).

No Rio Grande do Norte, os argentinos representam uma fatia pequena dos turistas, mas a expectativa do estado é ampliar

o fluxo de passageiros oriundos do país, a partir de ações de divulgação de um voo direto recém-inaugurado pela companhia aérea GOL - o primeiro sem escalas a operar no estrado, entre os dois destinos.

Estados

São Paulo, por onde entram 2.219.513 visitantes (considerando todas as nacionalidades e não apenas os argentinos), permanece como a principal porta de entrada do país. O Rio de Janeiro, segundo lugar na lista de receptivos (1.597.153), registrou o maior aumento absoluto na entrada de turistas estrangeiros, com 389.353 pessoas a mais que em 2013. Um incremento de 32,2% para o período.

No Amazonas o aumento de visitantes foi de 52%. O estado recebeu quase 33 mil estrangeiros

em 2013 e no ano passado o número saltou para 50 mil. O Distrito Federal também foi um dos destaques: recebeu cerca de 100 mil visitantes, tendo aumentado 35% em cima dos 74 mil em 2013.

No Rio Grande do Sul houve um crescimento de 24,5%, tendo recebido 907 mil turistas estrangeiros em 2014 e quase 783 mil em 2013. A Bahia também recebeu um número significativo de visitantes do exterior. Teve aumento de 13%: passou de 129 mil para 145 mil.

“Temos um enorme potencial ainda por ser explorado. Se liberarmos os vistos para mercados prioritários, melhorarmos a infraestrutura e qualificarmos os nossos serviços podemos gerar ainda mais empregos e renda para o Brasil por meio do setor”, afirmou o ministro do Turismo.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 09.07.15

EDITORIA: POLÍTICA

Inflação sobe e atinge pior nível no Brasil desde 2003

« PREÇOS » O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo subiu 6,17% no ano, até junho, o maior resultado para o período desde 2003

Rio (AE) - Apenas metade do ano se passou, mas o índice oficial de inflação já beira o limite de tolerância de 6,5% da meta perseguida pelo governo. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 6,17% no ano até junho, o maior resultado para o período desde 2003, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ontem.

Nos últimos 12 meses, a inflação pesa ainda mais, com alta de 8,89% - na região metropolitana de Curitiba, já supera dois dígitos. Em julho, a projeção é de que o IPCA geral ultrapasse os 9,0%. Já estão no radar aumentos na energia elétrica em São Paulo e nas taxas de água e esgoto em sete regiões.

Além disso, o índice de julho do ano passado foi atipicamente baixo (0,01%), o que torna a inflação em 12 meses sensível a qualquer movimento nos preços neste mês. "Sem sombra de dúvidas, a inflação vai superar 9,0% em julho", afirmou o economista Ettore Sanchez, da LCA Consultores.

A notícia positiva é que o pior do reajuste dos administrados já passou, notou o economista-chefe da Western Asset, Adauto Lima. "O aumento de administrados parece que já está mapeado, o que tem em aberto é o preço da gasolina. A maioria das projeções já trabalha com aumento de combustíveis."

Em junho, o IPCA contrariou



Aeroporto do Rio de Janeiro: Passagens aéreas no país estão entre os itens que sofreram reajuste

a tendência histórica de desaceleração nesta época do ano e ganhou força. A alta de 0,79% foi a maior para o mês desde 1996. O resultado foi uma combinação de reajustes em jogos de azar e taxas de água e esgoto e do aumento nas passagens aéreas. Sozinhos, esses itens representaram um terço da inflação do mês passado.

A despeito do recorde, o resultado veio abaixo do esperado em média pelo mercado (0,82%, segundo a Agência Estado). Com isso, os juros no mercado futuro caíram, e a possibilidade de o Banco Central diminuir o ritmo de alta na taxa básica de juros, a Selic, ganhou força entre os economistas. Mesmo assim, metade aposta em mais uma elevação de 0,50 ponto percentual na próxima reunião

do Comitê de Política Monetária (Copom), no fim deste mês.

Energia

A energia, protagonista de meses anteriores, deu uma trégua em junho, mas continua alimentando a inflação em outros itens. "Várias empresas têm pedido reajustes extras para fazer frente ao custo da energia", contou Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de Índices de Preços do IBGE. Por tabela, os brasileiros também estão pagando muito mais caro pelo condomínio. Mas, além da água e da energia, outro fator está pesando para esse aumento do condomínio: a maior inadimplência dos moradores. Com os preços tão salgados, as famílias enfrentam dificuldades para pagar todas as contas.

Por outro lado, a restrição no orçamento dos consumidores tem limitado a alta de alguns preços, entre eles as carnes. Mesmo assim, os alimentos subiram 0,63% em junho. Só a cebola ficou 23,78% mais cara e aparece cada vez mais como a "vilã". Neste ano, o preço já avançou 148,13%. "Como estão dizendo por aí, o preço da cebola está de chorar", disse Eulina.

Com a alta de 29,19% nas passagens aéreas, o IPCA de serviços quadruplicou em junho, para avanço de 0,80%, segundo o IBGE. Porém, em 12 meses, o índice rompeu uma barreira histórica. Aos 7,90%, fechou pela primeira vez abaixo de 8% desde pelo menos o início de 2013, período em que a série está disponível.

« JULHO »

Juros do cheque especial têm maiores taxas desde 1995

São Paulo (ABr) - Os juros para o cheque especial atingiram, em julho, a maior taxa média desde novembro de 1995. Segundo levantamento da Fundação de Proteção de Defesa do Consumidor de São Paulo, os juros para essa modalidade de crédito ficaram em 11,49% ao mês, crescimento de 0,33 ponto percentual em relação a junho (11,16%).

Em novembro de 1995, a taxa média para o cheque especial era 11,71% ao mês. A alta em julho foi puxada pelos reajustes feitos por cinco dos sete bancos pesquisados. O HSBC subiu de 12,66% para 13,21% ao mês, o Bradesco de 10,8% para 11,26%, o Itaú de 10,64% para 11,29%, o Banco do Brasil de 10,34% para 10,53% e a Caixa Econômica de 9,52% para 9,99%.

A taxa média do empréstimo pessoal subiu 0,08 ponto percentual em comparação com junho e ficou em 6,23% em julho. O valor é o maior desde dezembro de 2008, quando os juros médios cobrados para essa forma de crédito era de 6,25% ao mês. Entre as sete instituições financeiras pesquisadas, duas elevaram as taxas do empréstimo pessoal. O Banco do Brasil reajustou de 5,25% para 5,46% ao mês. A Caixa Econômica, de 4,27% para 4,60%.

A pesquisa foi feita em 2 de julho com o Banco do Brasil, o Bradesco, a Caixa Econômica, o HSBC, o Itaú, o Safra e o Santander. Foram consideradas as taxas máximas pré-fixadas para contratos de 12 meses, no empréstimo pessoal, e um mês, em relação ao cheque especial.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 09.07.15 EDITORIA: ECONOMIA

INFLAÇÃO OFICIAL ATINGE 8,89% NOS ÚLTIMOS 12 MESES

/ CARESTIA / É O MAIS ELEVADO ÍNDICE ACUMULADO EM 12 MESES DESDE DEZEMBRO DE 2003, QUANDO CHEGOU A 9,30%; DOS GRUPOS ACOMPANHADOS PELO IBGE, O DE DESPESAS PESSOAIS AVANÇOU 1,63% NO MÊS E TEVE O MAIOR IMPACTO SOBRE O ÍNDICE COMO UM TODO

A INFLAÇÃO MÉDIA pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 8,89%, nos últimos 12 meses encerrados em junho último, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi o mais elevado índice acumulado em 12 meses desde dezembro de 2003, quando chegou a 9,30%.

O índice foi pressionado principalmente pelos preços das passagens aéreas, alimentos e jogos de azar. O IPCA é o indicador oficial do governo para aferição das metas inflacionárias. O índice mede a variação do custo de vida das famílias com chefes assalariados e com rendimento mensal compreendido entre um e 40 salários mínimos mensais.

Em junho, ficou em 0,79%, acima da taxa de 0,74%, registrada no mês de maio. Com esse resultado, o primeiro semestre do ano fechou em 6,17%, mais do que os 3,75% do primeiro semestre de 2014, registrando a taxa mais elevada para o período de janeiro a junho desde 2003 (6,64%).

Dos grupos acompanhados pelo IBGE, o de despesas pessoais avançou 1,63% no mês e teve o maior impacto sobre o índice como um todo, de 0,18 ponto. Dentro do grupo estão os jogos de azar,



O grupo de alimentos teve o segundo maior impacto sobre o índice, de 0,16 ponto, apesar de a alta ter desacelerado de 1,37% em maio para 0,63% em junho

que teve um aumento de 30,80% no mês. Foi também o maior impacto individual do IPCA no mês.

Se somados os aumentos de maio e junho, os jogos de azar acumularam um avanço de 47,50% nos três últimos meses, informa o IBGE. O motivo é o reajuste de 40% a 100% dos preços dos jogos loteria da Caixa Econômica Federal (CEF). A aposta mínima da Mega-Sena

passou de R\$ 2,50 para R\$ 3,50.

Logo atrás dos jogos de azar, o segundo maior impacto individual sobre os preços veio das passagens aéreas (29,19%), seguida da taxa de água e esgoto (4,95%). Apesar da forte alta no mês, os preços das passagens aéreas recuaram 32,71% no primeiro semestre. Os preços são considerados bastante instáveis.

O ritmo da inflação de junho

deste ano foi atípico. As taxas são historicamente baixas no meio do ano, período marcado por redução dos preços de alimentos. O quadro é diferente desta vez. Os alimentos têm pressionando a inflação por causa do regime de chuvas, que tem afetado principalmente os tubérculos.

O grupo de alimentos teve o segundo maior impacto sobre o

índice, de 0,16 ponto, apesar de a alta ter desacelerado de 1,37% em maio para 0,63% em junho. A cebola foi, novamente, a maior fonte de pressão sobre o grupo de alimentos, com alta de 23,78% em junho, seguido de batata-inglesa (6,97%).

O preço do tomate, porém, teve uma queda de 12,27% neste mês, assim com a cenoura

(-10,78%) e o açaí (-5,30%). Uma das fontes de pressão sobre a inflação nos últimos meses, o aumento de preço da carne de boi desacelerou em junho afetado pela menor demanda. O preço das carnes avançou apenas 0,64% no mês passado, desacelerando de um avanço de 2,32% no mês imediatamente anterior.

META

Os preços seguem, assim, se afastando do centro da meta de inflação do governo, de 4,5% ao ano, com margem de dois pontos percentuais para mais ou menos. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, em junho que espera que a inflação comece a desacelerar no fim deste ano e caminhe para o centro da meta em 2016.

Para isso, o Banco Central (BC) já elevou os juros básicos (Selic) para 13,75% ao ano. É uma forma de encarecer crédito e desestimular o consumo. O governo também tem contribuído para combater a trajetória de alta dos preços ao reduzir seus próprios gastos, o chamado ajuste fiscal.

No último levantamento de projeções realizado pelo Banco Central, os economistas previam inflação de 9,04% em 2015 e 5,45% em 2016.

/ PROCON /

JUROS DO CHEQUE ESPECIAL TÊM MAIORES TAXAS DESDE 1995

OS JUROS PARA o cheque especial atingiram, em julho, a maior taxa média desde novembro de 1995. Segundo levantamento da Fundação de Proteção de Defesa do Consumidor de São Paulo (Procon-SP), os juros para essa modalidade de crédito ficaram em 11,49% ao mês, um crescimento de 0,33 ponto percentual em relação aos valores cobrados em junho (11,16%).

Em novembro de 1995, a taxa média para o cheque especial era 11,71% ao mês. A alta em julho foi puxada pelos reajustes feitos por cinco dos sete bancos pesquisados. O HSBC subiu de 12,66% para 13,21% ao mês, o Bradesco de 10,8% para 11,29%, o Itaú de 10,6% para 11,29%, o Banco do Brasil de 10,34% para 10,53% e a Caixa Econômica de 9,52% para 9,99%.

A taxa média do empréstimo pessoal subiu 0,08 ponto percentual em comparação com junho e ficou em 6,23% em julho. O valor é o maior desde dezembro de 2008, quando os juros médios cobrados para essa forma de crédito era de 6,25% ao mês.

Entre as sete instituições financeiras pesquisadas, duas elevaram as taxas do empréstimo pessoal. O Banco do Brasil reajustou de 5,25% para 5,46% ao mês. A Caixa Econômica, de 4,27% para 4,60%.

A pesquisa foi feita no dia 2 de julho com o Banco do Brasil, o Bradesco, a Caixa Econômica Federal, o HSBC, o Itaú, o Safra e o Santander. Foram consideradas as taxas máximas pré-fixadas para contratos de 12 meses, no caso do empréstimo pessoal, e um mês, em relação ao cheque especial.

No início de junho, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) elevou a taxa básica de juros (Selic) em 0,5%.

/ GRANA /

Receita abre consulta a segundo lote de restituição do Imposto de Renda

MAIS DE 1,4 milhão de contribuintes receberão a restituição do Imposto de Renda no segundo lote. A Receita Federal abriu ontem a consulta, e o dinheiro será liberado no próximo dia 15. No total, serão liberados pela Receita Federal R\$ 2,5 bilhões.

Além dos contribuintes que fizeram a declaração no ano passado, também serão atendidos os que caíram na malha fina. A restituição contempla os exercícios de 2008 a 2014.

O crédito bancário será para mais de 1,5 milhão de contribuintes, com valor de R\$ 2,5 bilhões. Desse total, mais de 450 mil contribuintes são idosos e cerca de 47 mil têm alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave. Esses contribuintes têm preferência para receber as restituições.

O dinheiro liberado no segundo lote terá correção pela taxa básica de juros, a Selic, de 3,06%. No caso das restituições de 2014, a correção é 13,98% e de 2008, 71,56%.

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deverá acessar a página da Receita na Internet, ou ligar para o Receitafone 146. Na consulta à página da Receita, serviço e-CAC, é possível acessar o extrato da declaração e ver se há inconsistências de dados identificadas pelo processamento. Segundo a



» Crédito bancário será para mais de 1,5 milhão de contribuintes, com valor de R\$ 2,5 bilhões

Receita, o contribuinte pode avaliar as inconsistências e fazer a autorregularização, mediante entrega de declaração retificadora.

O contribuinte também pode usar aplicativos em tablets e smartphones, que facilita a consulta às declarações e à situação cadastral no CPF.

A restituição ficará disponível no banco durante um ano. Se o contribuinte não fizer o resgate nesse prazo, terá que requerer o dinheiro por meio do Formulário Eletrônico - Pedido de Pagamento de Restituição, ou diretamente no e-CAC, no serviço Extrato do Processamento da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRF).

Caso o valor não seja creditado, o contribuinte poderá contactar pessoalmente qualquer agência do Banco do Brasil ou ligar para a Central de Atendimento por meio do telefone 4004-3001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos) para agendar o crédito em contante ou poupança, em seu nome, em qualquer banco.

CONGESTIONAMENTO

Os contribuintes que precisaram consultar o segundo lote de restituição do Imposto de Renda 2015 enfrentaram dificuldades no início desta tarde, em função do alto número

de interessados. A página da Receita na internet apresenta instabilidade e tem saído do ar em alguns momentos.

Por meio da assessoria de imprensa, a Receita informou que as equipes técnicas foram acionadas e que o alto volume de acessos é a causa mais provável do problema. As linhas do Receitafone, no número 146, estão congestionadas e o serviço é precário.

Desde as 9h, a Receita liberou a consulta ao segundo lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física 2015 e a lotes da malha fina de 2008 a 2014. O Fisco vai desembolsar R\$ 2,5 bilhões a cerca de 1,5 milhão de contribuintes. A restituição será paga no próximo dia 15.

/ AJUSTE /

CUSTO DA CONSTRUÇÃO CAI EM MÃO, DIZ IBGE

O ÍNDICE NACIONAL da Construção Civil (Sinapi) fechou junho com variação de 0,73%, resultado 0,53 ponto percentual inferior ao verificado em maio, que ficou em 1,26%. Os dados fazem parte de pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em parceria com a Caixa Econômica Federal.

Com o resultado de junho, os custos da construção civil passaram a acumular alta de 3,15% no primeiro semestre do ano, enquanto a taxa acumulada dos últimos 12 meses chegou a 5,51%, comparativamente aos 12 meses anteriores. Em junho de 2014, o índice alcançou 0,59%.

Segundo levantamento do IBGE, o custo racional da construção por metro quadrado fechou maio em junho - R\$ 935,2, subindo para R\$ 942 em junho - R\$ 507,16 relativos a materiais e R\$ 434,84 a mão de obra.

De acordo com o IBGE, a paridade dos materiais apresentou variação de 0,42%, caindo 0,12 ponto percentual em relação ao mês anterior (0,54%). A mão de obra registrou variação de 1,08%, ficando 1,04 pontos percentuais abaixo da de maio (2,12%). O acumulado do ano para materiais é de 1,98% e, para mão de obra, de 4,59%. Nos últimos 12 meses, os materiais subiram 3,6% e a mão de obra 8,12%.

A Região Sul registrou em junho a maior variação do país, crescendo 1,17%. Na sequência, as regiões Sudeste (0,79%), Centro-Oeste (0,64%), Norte (0,63%) e Nordeste (0,51%).

Com a pressão exercida pelo reajuste salarial decorrente de acordo coletivo, o Acre foi o estado com maior variação mensal (3,79%).

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
FINANÇAS

DATA: 09.07.15 **EDITORIA:** NEGÓCIOS E

Meta ficou pra trás

A inflação oficial nos seis primeiros meses de 2015 - acumulado de 6,17% -, é a mais alta desde 2003, revelou ontem o IBGE. O centro da meta do governo é de 4,5%, para 12 meses. A taxa calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 0,79% em junho, enquanto em maio, o indicador havia ficado em 0,74%. Essa taxa de 0,79% é a maior taxa para junho desde 1996, quando ficou em 1,19%. A taxa encerrou o primeiro semestre de 2014 em 3,75%. A inflação nos últimos 12 meses chega a 8,89%. O consumidor brasileiro está pagando caro pela alimentação, em geral, embora alguns produtos comecem a apresentar declínio de preço.

DÍVIDA A inadimplência do consumidor fica próxima à estabilidade em junho, diz pesquisa mensal da Boa Vista SCPC. No acumulado em 12 meses, a dívida do consumidor subiu 1,5%. Em junho variou apenas 0,3% na comparação com o mês anterior (maio/15) e na avaliação interanual (junho/15 contra junho/14) a alta foi de 1,2%.

Roubalheira

Apenas para bancar o superfaturamento de compras públicas o brasileiro trabalha 32 dias a mais por ano. O custo dessa roubalheira chega a 17%, segundo o Projeto Lupa nas Contas Públicas, do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), a ser lançado em agosto, em São Paulo. A pesquisa teve como base em três milhões de compras de mercadorias em órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

Custos

As taxas de juros das operações de crédito voltaram a subir em junho, sendo a sexta elevação no ano e a nona elevação consecutiva. A elevação da taxa Selic e da carga tributária para o sistema financeiro foram alguns dos fatores da alta, segundo a Associação dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade. Todas as seis linhas de crédito pesquisadas tiveram suas taxas de juros elevadas no mês.

REDUÇÃO O setor industrial brasileiro já reduziu drasticamente sua força de trabalho e ainda vai reduzir mais nos próximos meses. É o que diz uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Um terço da indústria ainda deve demitir adianta a entidade.

Mínimo menor

Valendo pouco mais de 200 dólares, o salário mínimo completou ontem 75 anos de vigência no Brasil. A partir 2005 voltou a receber aumentos reais, recuperando seu valor de compra para ser reconhecido como um dos fatores determinantes para o aumento da renda e da qualidade de vida da população mais pobre no

país. A abrangência, como remuneração básica, é de cerca de 46,7 milhões de brasileiros, segundo dados do Dieese. Representará um incremento de renda na economia de R\$ 38,4 bilhões ao final deste ano. Com isso, o aumento na arrecadação tributária sobre o consumo, até dezembro, deve chegar a R\$ 20,7 bilhões.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 09.0715

EDITORIA: CIDADES

MORADORES INTENSIFICAM LUTA CONTRA O TCE

/ PETRÓPOLIS / HABITANTES DO CONDOMÍNIO LUCIANO BARROS OCUPAM A AVENIDA GETÚLIO VARGAS PARA PROTESTAR CONTRA A DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENO; ASSESSORIA DO TRIBUNAL INFORMA QUE O IMÓVEL SERÁ USADO PARA AMPLIAR A ESCOLA DE CONTAS



► Maria Esther D'Assunção, advogada: "O imóvel é nosso. Não pode ser retirado dessa forma"

JALMIR OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

A **ADVOGADA MARIA** Esther D'Assunção, 42, participou ontem do primeiro protesto da vila. Ela e outras dezenas de moradores do Condomínio Luciano Barros, em Petrópolis, Zona Leste de Natal, saíram às ruas para protestar contra a possível desapropriação de um terreno pertencente aos habitantes do edifício. O espaço pode ser utilizado para a construção de um anexo do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Passava do meio dia quando ocupantes do condomínio de classe média alta, na Avenida Getúlio Vargas, saíram para a manifestação — a desapropriação foi solicitada pelo Tribunal de Contas ao Governo do Estado no dia 25 de junho. Os moradores estavam vestidos em roupas negras, com nariz de palhaço e entoando palavras de repúdio ao ato do Tribunal de Contas.

Também empunhavam faixas de protesto. As mensagens faziam críticas à direção do órgão fiscalizador da administração pública: "Não ao abuso do poder do TCE", "340 famílias unidas por seus direitos" e "Não há respeito social no ato do TCE".

"Eu nunca participei de um protesto. Estamos aprendendo na prática", revela a advogada Maria Esther D'Assunção. "Contratamos um carro de som e vamos colocar



► Manjidos de apitos e panfletos, os moradores do condomínio Luciano Barros realizaram o ato em frente à sede do TCE

músicas que achamos de interesse para o momento", continua.

Munidos de apitos e panfletos, os condôminos pararam em frente à sede do TCE. A trilha sonora passou por canções de Geraldo Vandré, Caetano Veloso e Legião Urbana. "Queremos mostrar nossa insatisfação com a desapropriação. O terreno é nosso, estão atropelando o direito do cidadão", ressalta a advogada.

Ela afirma que o terreno localizado na Rua Paulo Viveiros, com exatos 951,11 metros quadrados, foi adquirido pelos moradores do condomínio em 1987. À época, a

área foi comprada à Construtora Ecooil por 800 mil cruzados, moeda de então.

A ideia era viabilizar a construção de uma área de lazer, mas atualmente o espaço de terra batida é utilizado para a saída de emergência dos moradores e para a manobra de caminhões de mudança. "Mesmo que a obra planejada não tenha sido construída, o imóvel é nosso. Não pode ser retirado dessa forma", repudia Maria Esther.

Os condôminos prometem não ficar apenas nos protestos de rua, iniciando o contra-ataque à desapropriação. Eles contrata-

ram no início do mês o escritório de advocacia do ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, José Delgado, para lutar até as últimas instâncias judiciais contra a possível desapropriação do terreno.

Enquanto alguns moradores empunhavam faixas, criticando a medida da Corte de Contas, outros alertavam aos motoristas e transeuntes sobre o protesto. "Para onde vou com os meus quatro carros?", argumentava uma das residentes do Luciano Barros.

A dona de casa Valéria Bessa, 48, moradora do Luciano Barros há 32 anos, usava um nariz de pa-

lhaço e era uma das mais exaltadas. "Isso é um absurdo. O terreno é nosso e ninguém pode tomá-lo. Estou muito revoltada com tudo isso", reclama.

Para o engenheiro Manoel de Oliveira Cavalcanti Neto, outro condômino a reclamar da desapropriação, o terreno não contempla os objetivos traçados pelo TCE. "De acordo com o Código de Obras de Natal, o terreno permitiria apenas 120 veículos", justifica.

Segundo proposta do Tribunal de Contas, o terreno vai abrigar um estacionamento para 540 carros. "Isso é impossível", complementa. Para comportar a carga pretendida, segundo os cálculos do engenheiro, o Tribunal deveria conseguir um terreno de 15 mil metros quadrados.

Membro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), o engenheiro questiona a ausência de projetos estruturais para o uso do terreno. "O Tribunal [de Contas] não tem sequer estudo de viabilidade técnica e financeira sobre esse projeto", reforça.

Com uma faixa negra presa à cabeça, o psiquiatra Adalton D'Assunção reclamava do uso do recurso público destinado à desapropriação. "O dinheiro público não deveria ser usado para o benefício dos servidores do Tribunal de Contas. O que deveria ser feito é investir os recursos na educação e segurança", completa.



► Valéria Bessa, dona de casa: "O terreno é nosso. Estou muito revoltada com tudo isso"



► Manoel de Oliveira Cavalcanti Neto, engenheiro: "TCE não tem sequer estudo de viabilidade técnica"



O DINHEIRO PÚBLICO NÃO DEVERIA SER USADO PARA O BENEFÍCIO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS"

Adailton D'Assunção,
Psiquiatra

ÁREA VAI SERVIR PARA AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES, RESSALTA O TCE

O Governo do Estado publicou ontem decreto autorizando crédito suplementar no valor de R\$ 1,480 milhão para a desapropriação de um terreno contíguo ao condomínio Luciano de Barros, vizinho da instituição na Avenida Presidente Getúlio Vargas. A medida é almejada pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte (TCE) para a construção de um prédio anexo.

Esta é a segunda aprovação para que a instituição reserve recursos para a empreitada. A meta da Corte de Contas, segundo informou sua assessoria, é construir um prédio anexo à estrutura. Em junho, noutro decreto para crédito suplementar, já foram reservados R\$ 2,1 milhões.

Ainda de acordo com a assessoria do TEC, o futuro anexo contempla a ampliação da Escola de Contas, uma estrutura que oferta cursos de capacitação e aperfeiçoamento na análise da administração pública, bem como a redistribuição de diretorias, áreas técnicas e, por fim, estacionamento.

Em nota oficial, publicada no dia 06 de julho, o custo da desapropriação foi estimado em R\$ 1,760 milhão. Desta forma, com os créditos suplementares, o TCE já tem os recursos disponíveis para a medida.

O Tribunal de Contas justifica que os recursos são oriundos do superávit financeiro da institui-



► Terreno localizado na Rua Paulo Viveiros tem 951 metros quadrados

ção. A publicação no Diário Oficial do decreto de crédito suplementar por parte do Executivo é uma obrigação legal. A medida autoriza o uso do recurso financeiro para o investimento.

Em janeiro desse ano, o Tribunal colocou no Orçamento Geral do Estado, a previsão de gastos de R\$ 900 mil para construir e equipar o anexo. A instituição alega ainda que o terreno em questão, conforme registro público, não pertence ao Condomínio Luciano Barros, nem integra suas instalações ou unidades residenciais. A Corte de Contas afirma ainda que o imóvel não cumpre qualquer função social.

Com os dois decretos do Executivo, o TCE já está autorizado a utilizar os recursos para a amplia-

ção da sua estrutura. No entanto, os recursos só poderão ser aproveitados após a definição sobre a desapropriação do imóvel, que ainda está sob análise da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

O pedido do TCE para obter a posse do terreno foi feito ao Executivo em abril passado. O Governo do Estado publicou no dia 25 de junho o decreto autorizando a desapropriação. Somente após os trâmites legais é que o terreno passará a ser administrado pelo Tribunal.

O NOVO Jornal procurou o presidente do Tribunal de Contas, Carlos Thompson, para ouvi-lo sobre o projeto de uso do terreno e o protesto dos moradores do condomínio Luciano Barros, mas ele preferiu não se manifestar sobre o assunto.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 09.07.15 EDITORIA: ECONOMIA

VENDAS DE AUTOMÓVEIS CAEM 20% EM NATAL

/ FREIO / NÚMERO É REFERENTE AO SEGMENTO DE CARROS NOVOS, MAS SEMINOVOS, PEÇAS, ACESSÓRIOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MANTÊM A ESTABILIDADE NAS VENDAS; VENDEDORES LOCAIS AMENIZAM EFEITOS DA RETRAÇÃO ECONÔMICA

SÉLYO ANDRADE
DO NOVO JORNAL

A **CRISE QUE** se vê todos os dias nos noticiários da TV, nas páginas de jornais e portais da internet e que se revela em números decedentes da produção de veículos automotores chegou aos pátios das revendedoras de carros em Natal. Houve uma queda nas vendas de 20% no primeiro semestre de 2015 comparado a igual período de 2014.

Nas fábricas de veículos, a queda na produção foi de 18,5% no primeiro semestre deste ano comparado ao mesmo período de 2014.

De acordo com números publicados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a redução na produção tem deixado os pátios das montadoras lotados de veículos novos.

Tudo porque o consumidor, com menos dinheiro no bolso, está temeroso de comprometer seu orçamento com financiamento que pode gerar uma dívida volumosa por causa dos juros altos, elevados pelo ajuste fiscal do governo federal.

Sem contar com um bolso do consumidor forçado, os fabricantes ficaram com os pátios cheios porque os revendedores reduziram as compras de veículos novos. Por causa disso, a produção, claro, caiu. De acordo com a

Anfavea, a linha de produção está mais curta. De janeiro a junho de 2015 foram produzidos 1.276.638 veículos contra 1.566.049



▶ Pátios permaneceram lotados por todo o primeiro semestre de 2015, uma consequência na queda da produção nas fábricas; montadoras tendem a aderir a Programa de Proteção ao Emprego (PPE)

gado é do gerente geral do da Autobraz Fiat no Rio Grande do Norte, Francisco Wölggrand Dias. "É um momento de dificuldade. Crise se-

feitos seminovos, peças, acessórios e prestação de serviços, segmentos que não foram afetados pelo reajuste fiscal do governo fe-

derentemente do setor.

"A economia foi muito boa no primeiro governo do presidente Lula e, agora, com Dilma Rousse-

ttuação. De acordo com Wölggrand Dias, da Autobraz, 70% dos clientes da empresa são fruto da fidelização e, por isso, uma redução de 30% nas

nária baseada em quatro pilares: financeiro, mercado, processo e pessoas para manter um processo de disciplina contínua na produ-

ram as compras de veículos novos. Por causa disso, a produção, claro, caiu. De acordo com a Anaveva, a linha de produção está mais curta. De janeiro a junho de 2015 foram produzidos 1.276.638 veículos contra 1.566.049 no mesmo período de 2014.

Na cadeia produtiva do mercado de automóveis estão as concessionárias e revendedoras de veículos que também sofrem com queda nas vendas e em Natal, elas confirmam que houve demissão mas não divulgam números.

"Não vivemos uma crise". A frase paradoxal ao que aponta o mer-

▶ **Faltos permaneceram lotados por todo o primeiro semestre de 2015, uma consequência na queda da produção nas fábricas; montadoras tendem a aderir a Programa de Proteção ao Emprego (PPE)**

cado é do gerente geral da Autobraz Fiat no Rio Grande do Norte, Francisco Wolfgand Dias. "É um momento de dificuldade. Crise seria uma queda de 50% (nas vendas)", relativiza. A redução geral de vendas de veículos novos foi de 20% em Natal acompanhando o cenário nacional.

O gerente geral da Autobraz adverte que a queda de 20,7% foi na venda de veículos novos e que as concessionárias negociam com outros segmentos como venda ve-

ículos seminovos, peças, acessórios e prestação de serviços, segmentos que não foram afetados pelo reajuste fiscal do governo federal. "Quem atua no mercado de veículos apenas com a venda de novos é que foi afetado", ressalta.

A soma da queda na produção em 18% e da venda de veículos em 20% é uma equação que tem variáveis diferentes nas praças de todo o país, explicou Francisco Wolfgand Dias. Redução nas vendas, reportou, já ocorreram independen-

temente do setor.

"A economia foi muito boa no primeiro governo do presidente Lula e, agora, com Dilma Rousseff está um desastre", destacou o gerente. Mesmo assim, ele acha que o momento é uma questão de adequação e espera, como as projeções apontam, um início de recuperação nas vendas nos meses de outubro, novembro e dezembro.

Em tempos de quedas nas vendas de veículos novos, as revendedoras têm de se adequar à atual si-

tuação. De acordo com Wolfgand Dias, da Autobraz, 70% dos clientes da empresa são fruto da fidelização e, por isso, uma redução de 20% nas vendas não assusta apesar de preocupar, principalmente, porque a concessionária desde junho de 2014 vem se preparando para o momento de ajuste. Foi implantado um sistema de racionalização de gastos através do programa americano de gestão, WCD, que as concessionárias Fiat implantaram em todo país.

O WCD entrega a concessio-

nária baseada em quatro pilares: financeiro, mercado, processo e pessoas para manter um processo de disciplina contínua na produção. E tem dado certo, explicou o gerente. Segundo ele, apenas sete empresas no Brasil implantaram esse programa. O corte de pessoal está dentro do previsto, disse ele sem revelar números. No momento em que se mudam processos de produção é feita uma seleção de pessoal e isso é comum em qualquer situação, argumentou.

REDUÇÃO DE CUSTOS INCLUI CORTE DE VAGAS



“O PROBLEMA DA QUEDA NAS VENDAS NÃO É O PREÇO DO VEÍCULO, MAS O ENDIVIDAMENTO DO CLIENTE”

Erick Guilherme
Gerente da Nacional Veículos

Para enfrentar o momento atual de ajuste fiscal que provocam queda nas vendas, as revendedoras estão reduzindo custos, explicou o gerente geral da Nacional Veículos, Erick Guilherme. Ele também comentou que as medidas de contenção atingiram o quadro de funcionários mas não contabilizou quanto. Somente disse que houve desligamento.

Para espantar a crise, assinou, a Nacional, revendedora Volkswagen em Natal aposta em ofertas. Uma delas é comprar o seminovo do cliente por um preço bem mais próximo da realidade do mercado na negociação da compra do carro novo, e oferecer financiamentos mais em conta.

"O problema da queda nas vendas não é o preço do veículo mas, o endividamento do cliente", diz Erick Guilherme. No reordenamento do orçamento por causa do ajuste fiscal, o cliente enxuga gastos e bens como automóveis não entram na lista de prioridades, friso. O acúmulo de gastos que or-



▶ **Retrato da desocupação: vendedores ociosos em concessionária natalense**

bitam no financiamento de um veículo, no momento, é o que faz a prestação da compra de um veículo ficar pesado no orçamento doméstico, ressaltou o gerente da Nacional.

Mesmo com tantas quedas dos números, a Nacional Veículos tem conseguido vender. Nas três lojas em Natal há nos pátios 230

carros à espera de comprador. No início do ano eram 450, ou seja, foram vendidos 220 nesse período, comparou Erick Guilherme.

Para se ajustar à nova realidade, a empresa, único fornecedor Volkswagen de Natal, tem negociado junto ao fabricante a compra de menos veículos novos para manter o equilíbrio no mercado.

CONSÓRCIOS NADAM NA CONTRA-TENDÊNCIA

Enquanto fabricantes e revendedores de veículos choram o amargo gosto na queda das vendas, um setor correlato, o de consórcios, ainda não sentiu o baque da retração econômica. Segundo a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC), de janeiro a abril de 2015 houve um crescimento de 8% e houve empresa cujas cotas de consórcio subiram 17%. Em Natal não é diferente.

O gerente de vendas do Consórcio Eldorado, Manuel Gonçalves, explicou que o mecanismo não amarga quedas. As vendas de carta de crédito para compra de veículos cresceram 10% em junho comparada a maio. A procura pelo sistema de consórcio vem aumentando, comemora.

Esse aumento pela procura de consórcio, segundo Manuel Gonçalves, deve-se à elevada taxa de juros cobrados pelo mercado financeiro. O consórcio só não cresce mais porque a população brasileira é imediatista e resiste a escolher pela categoria, que funciona como uma espécie de poupança, um planejamento.

Há várias vantagens frente outras formas de compra, apontam os especialistas. Primeiro, porque não é indexado aos juros do mercado e, segundo, o consu-



▶ **Manuel Gonçalves, do Consórcio Eldorado, fala em 10% de crescimento nas cartas de crédito**

midor paga primeiro para depois usar o bem escolhido. O gerente do Eldorado frisou haver muitas pessoas querendo contratar um consórcio, mas temem comprometer parte dos salários com medo dos rumos da economia.

Nos últimos cinco anos, as vendas de veículos leves por consórcio cresceram mais de 65% e as novas adesões, de janeiro a maio de 2015 cresceram 25%. Em 2011 foram comercializados 94,3 mil veículos por meio de cartas de crédito, enquanto este ano foram 156 mil.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 08.07.15 EDITORIA: OPINIÃO/RODA VIVA

#RN PREPARADO PROHUB

A VEZ DO TURISMO

Nas inúmeras entrevistas concedidas ao longo da semana pelo governador Robinson Faria, comemorando os seis primeiros meses do seu governo, ele teve verdadeiros momentos de refrigério quando falou do turismo, com ênfase para a possibilidade da voadora LAN-TAM instalar o seu "hub" do Nordeste, no Aeroporto Internacional Aluizio Alves e para os novos vôos iniciados nesse período: uma vez por semana entre Natal e Buenos Aires, da GOL; Campinas-Natal, também semanal, da operadora CVC; vôo semanal da TAVC para Cabo Verde; o retorno do charter da Dimenzione Turismo, de Milão, e a volta dos vôos charter da Escandinávia.

O momento de maior impacto na prestação de contas governamental é o anúncio do crescimento do movimento turístico em 200%, embora não se conheça ninguém do setor que contabilize um crescimento tão expressivo, que se fosse confirmado, exigiria a duplicação da nossa atual rede hoteleira.

Como, além de acreditar no otimismo do Governador, confiamos no potencial desta atividade econômica é que voltamos a um assunto vital para o futuro do turismo no Rio Grande do Norte: - a situação da Via Costeira. Como não podemos acreditar que um Governo que externa essa posição possa repetir a infeliz intervenção de um antigo Secretário de Turismo que, há alguns anos, procurado por um grupo norte-americano interessado em construir um hotel na Praia de Genipabu, desaconselhou aquele investimento, sob o argumento de que a capacidade da rede hoteleira era superior ao movimento de turistas, acreditamos que é chegada a hora de haver uma intervenção do Governo Estado para estabelecer uma regra de ocupação daquela área, depois de alguns setores do Governo Federal se organizaram para infernizar a vida de quem investiu, ou pretende investir, naquela região urbana de Natal.

A ação do Governo pode começar no campo político, trazendo a senadora Fátima Bezerra, responsável pela indicação dos dirigentes locais da SPU e IBAMA. Organismos que tem uma posição radicalmente contrária a manutenção dos hotéis construídos ao longo de mais de 30 anos e, sobretudo, de novos equipamentos. É preciso ser colocado o argumento que, sendo Senadora pelo Rio Grande do Norte, Fátima deve ter compromisso com os interesses do Estado, não podendo ser patrocinadora de quem tem usado o cargo público em comissão, para atuar contra o interesse do Estado para manter um discurso ultrapassado.

verno Federal se organizaram para internizar a vida de quem investiu, ou pretende investir, naquela região urbana de Natal.

A ação do Governo pode começar no campo político, trazendo a senadora Fátima Bezerra, responsável pela indicação dos dirigentes locais da SPU e IBAMA. Organismos que tem uma posição radicalmente contrária a manutenção dos hotéis construídos ao longo de mais de 30 anos e, sobretudo, de novos equipamentos. É preciso ser colocado o argumento que, sendo Senadora pelo Rio Grande do Norte, Fátima deve ter compromisso com os interesses do Estado, não podendo ser patrocinadora de quem tem usado o cargo público em comissão, para atuar contra o interesse do Estado para manter um discurso ultrapassado.

Dessa conversa será possível estabelecer um tipo de discussão capaz de ter resultados práticos. Começando pela própria história da ocupação daquela área, um excelente exemplo de desenvolvimento sustentável, graças a participação da sociedade, (nos tempos do regime autoritário) quando o Governo do Estado, convencido pela população que falou nas páginas do Diário de Natal, modificou completamente um projeto que se baseava na ocupação da área hoje preservada pelo Parque Estadual das Dunas Jornalista Luiz Maria Alves (maior reserva de Mata Atlântica do Rio Grande do Norte), em troca de uma franja de terra, entre a estrada aberto (num novo traçado, margeando as dunas que ficaram intocadas) para a instalação de hotéis e equipamentos turísticos.

O Rio Grande do Norte não pode ser surpreendido na hipótese de aparecer algum novo investidor, para iniciar uma discussão que – por si só – afastará daqui qualquer empreendedor de bom senso. A existência de um fato concreto, na ação dos talibãs da ecologia, para impedir a ampliação do Hotel Parque da Costeira pode servir para que uma regra seja definida de uma vez por todas a partir da definição de responsabilidades e competências, criando um mínimo de salvaguarda para conter tanta insegurança jurídica. Com a continuação do aumento de vôos, Natal vai precisar de mais leitos. E a Via Costeira é patrimônio do RN que precisa ser defendido e preservado para o turismo continuar crescendo.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 09.07.15 EDITORIA: OPINIÃO/CONECTE-SE

HUB

[Sobre matéria em que especialista aponta possível vantagem do RN para a instalação de um centro de conexões da TAM]
Previsão de especialista é um negócio engraçado. Basta falar o que quer, totalmente sem responsabilidade.

@gondinsamuel
pelo Instagram

HUB - 2

Vai ser interessante ver o famigerado e mal falado Aeroporto de São Gonçalo de repente se tornar a menina de ouro da economia do RN.

Thiago Augusto Dantas
pelo Facebook

HUB - 3

Os políticos a nível federal, deputados e senadores deveriam destinar o dinheiro das emendas parlamentares, que agora são impositivas, a infraestrutura do aeroporto de São Gonçalo. Ao invés de fragmentar em pequenas emendas para cidades do interior em obras eleitoreiras, daria uma chance do RN de pela primeira vez ganhar uma obra geradora de empregos que terá reflexos na economia de todo estado. Quando falo em infraestrutura

falo em : nova ponte (para atender realmente o aeroporto), Vlt (idem), reativar ramal de trem para Mossoró (beneficiando a fruticultura de Mossoró e região inclusive parte do Ceará), e para terminar, os famosos acessos. Se formos esperar pelo governo Federal, esqueçam o hub. Se tiverem coragem de se unir e fazer isso, um projeto conjunto em favor do RN, estarão todos reeleitos, sem esforço. Fica a opinião.

Emmanuel Rocha
pelo Facebook

HUB - 5

Aeroporto deserto com bastante capacidade, também é uma vantagem.

Antonio Araújo
pelo Facebook

HUB - 6

Antes de tecer comentários cheios de vira-latismo, vamos ler. Ponto

importantes: 1º O sítio aeroportuário da região metropolitana de Natal conta com 15 milhões de metros quadrados e é vizinho a uma área de expansão industrial regulamentada pelo Plano Diretor de São Gonçalo do Amarante, lembra Carlos Alberto. Para se ter uma ideia, o sítio do aeroporto de Fortaleza tem apenas 5,3 milhões m², enquanto o de Recife 4,2 milhões m². Ambos são cercados pela urbe, encravados dentro da cidade. "Quem vai correr o risco de se inviabilizar em longo prazo?". 2º O Aeroporto de Natal é o único até então privado, 100% privado. A TAM tem trauma da INFRAERO (estatal), e já é parceira do consórcio Inframérica no Aeroporto Internacional de Brasília onde a companhia aérea já mantém um dos seus hubs no Brasil. 3º Os Estados de Pernambuco e Ceará NÃO tem refinaria, portanto, não produzem o Querosene de aviação. Isso encarece o preço final do combustível das aeronaves. Nós temos a Refinaria Clara Camarão, em Guamaré, que produz o QAV.

Victor Alencar
pelo Facebook